

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SEROPÉDICA PARA PRESTAÇÃO DE CONTAS DO EXECUTIVO MUNICIPAL DO 1º QUADRIMESTRE DE 2018.

Aos trinta dias do mês de maio do ano de dois mil e dezoito às oito horas e quarenta e cinco minutos no plenário da Câmara Municipal de Seropédica, sito a Avenida Ministro Fernando Costa, 754 - Centro - Seropédica, sob a Presidência do Vereador José Celso da Costa em atendimento ao parágrafo 4º do artigo 9º da lei complementar 101 de 04 de maio de 2000, com a finalidade do Controlador Adjunto Fernando Raniery Dias Bezerra apresentar o cumprimento das metas fiscais do primeiro quadrimestre de dois mil e dezoito para atender a todos os quesitos da Lei de Responsabilidade Fiscal. Estiveram presentes: o Secretário de Governo João José de Almeida Neto, o qual realizou a abertura da audiência com a apresentação do Secretário de Fazenda Nilo Barcelos, juntamente com o servidor da referida secretaria Edson Gomes Leite. Se fizeram presentes também o Controlador Adjunto Fernando Raniery Dias Bezerra, o qual estará apresentando a referida reunião, o Controlador Geral Roberto Costa Cortes Filho, assim como os demais funcionários da controladoria, sendo eles: Elaine, Viviane e Walmir Monteiro; o Subprocurador Municipal Diego, o Controlador do poder legislativo Djalma e os representantes do poder legislativo: Hugo do Canto e Sizenando Paixão, os quais compuseram a mesa e demais munícipes. A referida audiência será designada da seguinte forma: após a apresentação do relatório com a exposição dos dados, ficará aberto para perguntas pertinentes ao que for apresentado, onde o funcionário Walmir, estará disponibilizando fichas a plenária para que apresentem suas dúvidas referentes a apresentação da audiência. O Secretário de Governo passa a palavra ao Controlador Adjunto Fernando, o qual cumprimenta a plenária e demais autoridades presentes, mencionando o cumprimento do parágrafo 4º, do artigo 9º da LRF, lei complementar 101, onde estabelece que a cada quadrimestre seja apresentada a audiência pública para avaliação do cumprimento das metas fiscais, onde serão abordados de forma resumida alguns aspectos considerados relevantes da execução orçamentária e financeira da prefeitura nesse primeiro quadrimestre de 2018, de forma que possa ser avaliada e discutida a primeira audiência pública do corrente. A apresentação inicia-se com os dados na casa dos milhares para facilitar a leitura e apresentação dos mesmos. As receitas correntes prevista para o ano de 2018 ficou na ordem de R\$ 245.959.000 (duzentos e quarenta e cinco milhões, novecentos e cinquenta e nove mil); as receitas de capital na ordem de R\$ 65.000 (sessenta e cinco mil), a receita intra-orçamentária na ordem de R\$ 7.532.000 (sete milhões quinhentos e trinta e dois mil). O total previsto para o orçamento de 2018 é de R\$ 253.556.000

(duzentos e cinquenta e três milhões quinhentos e cinquenta e seis mil). Durante a execução do primeiro quadrimestre de 2018, foram arrecadadas como receitas correntes R\$ 75.464.000 (setenta e cinco milhões, quatrocentos e sessenta e quatro mil) e receita intra-orçamentária R\$ 2.181.000 (dois milhões cento e oitenta e um mil). A ordem total de arrecadação neste 1º quadrimestre foi de R\$ 77.645.000 (setenta e sete milhões e seiscentos e quarenta e cinco mil), sendo atingido na ordem de 30% do total orçado. Sendo observada de forma mais detalhada qual a composição por grupos de receitas. Foi arrecadada como receita tributária R\$ 9.859.000 (nove milhões oitocentos e cinquenta e nove mil); receitas de contribuição R\$ 2.359.000 (dois milhões trezentos e cinquenta e nove mil); receita patrimonial R\$ 907.000 (novecentos e sete mil); transferências correntes R\$ 62.206.000 (sessenta e dois milhões e duzentos e seis mil) e outras receitas R\$ 130.000 (cento e trinta mil). Sendo observada no quadro no total arrecadado nesse primeiro quadrimestre de janeiro a abril, o maior volume das arrecadações são as transferências correntes, onde as maiores fatias de receita do município são de transferências constitucionais e legais, arrecadações estas que impulsionam o município. As receitas tributárias são de 12,70%, sendo estas as receitas arrecadadas dentro do próprio município. No gráfico exposto, verificam-se as fatias correspondentes a arrecadação, sendo a maior delas de transferências correntes e posteriormente as receitas tributárias. Com relação à execução da despesa: despesas correntes R\$ 228.306.000 (duzentos e vinte e oito milhões trezentos e seis mil); despesas de capital R\$ R\$ 25.242.000 (vinte e cinco milhões duzentos e quarenta e dois mil) e despesas intra-orçamentárias R\$ 275.000 (duzentos e setenta e cinco mil). A execução nesse período de despesas correntes foi de R\$ 49.088.000 (quarenta e nove milhões e oitenta e oito mil); despesa de capital R\$ 916.000 (novecentos e dezesseis mil) e despesa intra-orçamentária R\$ 66.000 (sessenta e seis mil). No quadro a seguir, observa-se a execução da despesa de forma mais detalhada iniciando com a despesa de pessoal R\$ 41.486.000 (quarenta e um milhões quatrocentos e oitenta e seis mil) e outras despesas correntes na ordem de R\$ 7.601.000 (sete milhões seiscentos e um mil) . Despesa de capital de investimentos foi na ordem de R\$ 93.000 (noventa e três mil) e para a amortização da dívida R\$ 823.000 (oitocentos e vinte e três mil), totalizando R\$ 50.070.000 (cinquenta milhões e setenta mil), o total de despesas executadas nesse primeiro quadrimestre. Observa-se no gráfico que as despesas correntes correspondem a 98,4%. Despesa de pessoal 82,86%, outras despesas correntes 15% e de investimentos 0,19% e amortização da dívida de 1,64 %; sendo estas as fatias de execução da despesa. No quadro a seguir expõe-se a execução da despesa por função de governo, onde o maior grupo de investimento foi na área de educação R\$ 24.120.000 (vinte e quatro milhões e cento e vinte mil); saúde R\$ 7.901.000 (sete milhões novecentos e um mil) e na administração R\$ 9.614.000

(nove milhões seiscentos e quatorze mil); previdência social R\$ 2.781.000 (dois milhões setecentos e oitenta e um mil); função legislativa R\$ 2.948.000 (dois milhões novecentos e quarenta e oito mil) e urbanismo R\$ 1.814.000 (um milhão oitocentos e quatorze mil). Na seqüência, observamos o que foi executado nas demais funções neste período, sendo o maior índice de investimento a educação com 48,17% da despesa; saúde com 15,78% e despesas com administração em 19,20%. Após apresentados os dados da receita e da despesa, fez-se uma avaliação do resultado orçamentário do primeiro quadrimestre. No quadro observa-se o que foi arrecadado e qual a despesa. Receitas correntes R\$ 75.464.000, sendo o total de despesas correntes R\$ 49.087.000 (quarenta e nove milhões e oitenta e sete mil), houve um superávit corrente na ordem de R\$ 26.376.000 (vinte e seis milhões trezentos e setenta e seis mil). Na receita de capital não houve arrecadação, somente na despesa de capital R\$ 916.000 (novecentos e dezesseis mil reais), sendo esta financiada pelo superávit das receitas correntes. No gráfico, observamos o resultado orçamentário positivo nesse primeiro quadrimestre. Na seqüência o assunto abordado é o índice de gasto com pessoal. Sendo a receita corrente líquida de R\$ 207.773.000 (duzentos e sete milhões setecentos e setenta e três mil), o gasto de pessoal é de R\$ 114.253.000 (cento e quatorze milhões duzentos e cinqüenta e três mil). O índice atingido oficialmente é de 54,99%; destacando-se que o período de apuração nesse primeiro quadrimestre, corresponde ao período de maio de 2017 a abril de 2018, sendo este correspondente aos doze últimos meses da execução, porém podemos observar que este índice estaria acima do limite máximo de 54%. Ao longo da execução, observou-se a implantação do plano de Cargos e salários (PCCS) da educação, sendo este por decisão judicial, foi observado que este registro não pode ser incluído no cálculo da despesa com pessoal, sendo observado posteriormente e o orçamento não tendo uma rubrica específica a essa despesa em sentenças judiciais, onde a execução está sendo feita no elemento de despesa vencimento e vantagens fixas. Sendo esse valor executado no primeiro quadrimestre na ordem de R\$ 1.963.000 (um milhão novecentos e sessenta e três mil). Deduzindo-se esse valor do total da despesa de pessoal, ficando o índice na ordem de 54,04% onde a regularização dessa contabilização será ajustada posteriormente. Destacando-se que o índice de pessoal assim como também outros índices constitucionais são avaliados ao término do exercício. Sendo ao longo do exercício financeiro emitidos relatórios responsabilidade fiscal, o RREO e o RRG, para o gasto do município ser acompanhado, assim como a arrecadação e os índices, sendo este um monitoramento para ficar de acordo com o padrão constitucional. Esses índices precisam ser atingidos ao término do exercício, onde a administração precisa trabalhar esses gastos com pessoal para ficar dentro do índice legal estabelecido pela constituição. Resultado primário do primeiro

quadrimestre, sendo este o que corresponde a diferença entre receitas e despesas não financeiras, sendo um cálculo para verificar como se encontra a saúde financeira do município. Resultado observado quando o município obtém empréstimos, operação de crédito, não vislumbrando no presente momento este tipo de procedimento. Receita primária total R\$ 76.738.000 (setenta e seis milhões setecentos e trinta e oito mil), despesas correntes R\$ 49.154.000 (quarenta e nove milhões cento e cinquenta e quatro mil), despesa primária de capital R\$ 93.10 (noventa e três mil e dez reais). Total das despesas primárias R\$ 49.247.000 (quarenta e nove milhões duzentos e quarenta e sete mil), onde houve um resultado primário positivo, um superávit de R\$ 27.481.000 (vinte e sete milhões quatrocentos e oitenta e um mil), ou seja, se o município decidisse fazer um dos procedimentos que foram mencionados anteriormente, um dos requisitos estaria sendo cumprido. Investimentos na área de educação, no que tange os recursos do Fundeb, a lei federal diz que: é necessário aplicar 60% com o magistério, onde atingimos uma ordem de 82,38% de investimentos no magistério com o Fundeb. Com relação aos recursos próprios, a constituição diz que é necessário aplicar até o término do exercício financeiro 25% dos recursos próprios, sendo este até o primeiro quadrimestre igual a 20,83%, conforme publicado no relatório de execução orçamentária, investimento este na ordem de R\$ 9.112.000. O investimento com o magistério foi de R\$ 16.099.000 (dezesseis milhões e noventa e nove mil); com saúde foi aplicado R\$ 4.493.000 (quatro milhões quatrocentos e noventa e três mil), o que corresponde a um percentual de 10,27%, até o término do exercício, o município tem por obrigação aplicar no mínimo 15%. Foram destacados na apresentação os aspectos principais da execução orçamentária e financeira do município, demonstrando o esforço de cumprir os requisitos fiscais ao longo desse quadrimestre. Para atingir os demais índices, a administração precisará direcionar seus esforços para poder cumprir com seu papel em relação à LRF. Ao término da apresentação, foi aberto o espaço para perguntas, sendo o que não for pertinente a apresentação deverá ser feita a indagação por escrito, através de um requerimento no protocolo da prefeitura para que seja respondido posteriormente. Menciona também a existência de outros canais como o e-sic que encontra disponibilizado no portal da transparência, sendo acessível a qualquer cidadão. Foi exposto pelo secretário de governo o espaço para as perguntas. Complementando que os índices os quais não foram alcançados serem de fato pela questão orçamentária não ter sido aprovada e por estar fazendo o uso de duodécimos, porém que até o final do ano tais correções serão realizadas. Sendo a pergunta inicial feita pelo Controlador do legislativo Djalma, o qual expôs sua dúvida com relação ao índice de pessoal. Porque ano passado fechou com o índice legal e iniciou este ano com o índice de 54,99% sendo este acima do limite legal. Onde esta dúvida já fora esclarecida no decorrer da audiência. Sendo a segunda

pergunta feita pelo referido controlador para o Secretário de Fazenda que diz: qual a medida adotada para baixar esse índice ou se para cumprir uma ordem judicial, esse índice irá se manter elevado? O Secretário de fazenda responde que: o principal é o aumento da arrecadação e a contabilização correta desta diferença que esta sendo paga. Por ser uma sentença judicial, ISS conta na LRF, que não deve ser classificada contabilmente como pessoal, sendo o principal aumento a arrecadação. O Controlador Adjunto Fernando acrescenta a informação de que no final do ano de 2017 foram encerradas as atividades da cooperativa na área da saúde, onde parte dos seus funcionários foram para a folha de pagamento. Sendo vários fatores que interferem nesse índice como: a entrada de funcionários da saúde que eram cooperativados, a arrecadação que não foi até o momento como esperado, a convocação de funcionários para atender a educação devido à demanda do quantitativo de alunos do município. Além do pagamento da sentença judicial que se iniciou em janeiro, onde existem parcelas em atraso, ficando acordado por parte do município para regularizar o salário dos professores. Para ajustar essa questão, a administração planeja revisar a política de pessoal e estabelecer algumas metas para aumentar a arrecadação, podendo ser uma delas o REFIS que acredita que aumentaria de forma expressiva a arrecadação tributária, a implantação do ISS sobre cartão de crédito e a tentativa de resolver a questão da arrecadação do aterro sanitário. Sendo estas várias questões relacionadas à arrecadação que podem facilitar a margem de investimento do município e também permitir que estejamos dentro do índice de pessoal de forma adequada, sendo para isto necessário um trabalho conjunto, onde o REFIS precisa da autorização do legislativo, sendo mencionado pelo Secretário de governo que o REFIS e o ISS sobre o cartão encontram-se no legislativo para serem aprovados. O Controlador do Legislativo Djalma, diz que não adianta aumentar a arrecadação e não diminuir o quantitativo de funcionários, sendo esses o motivo do impacto financeiro, mesmo que consiga arrecadar com o ISS e com o REFIS, somos sabedores que esse valor nunca irá ultrapassar o valor com o gasto com pessoal, sugerindo então o estudo de uma política de redução no número de funcionários e de gratificações, onde deixa claro que caso isso não ocorra, o índice não será alcançado. O Controlador Adjunto Fernando diz que o município necessita de uma maior contratação na área de saúde e educação por esta ser uma demanda crescente, onde pelo fato de existir essa necessidade, o executivo encontra-se limitado por conta do índice. Segue com a palavra o representante do poder legislativo Vereador Hugo do Canto que solicita que seja feita uma ata da audiência pública por conta da transparência. E diz que: a comissão de orçamento esta fazendo análises e que desde a última reunião havia solicitado que os documentos pertinentes a audiência pública fossem enviados em tempo hábil, fato este que não ocorreu, onde diz que o legislador fica impossibilitado de analisar tal

documentação e que a mesma foi entregue no dia anterior. O Secretário de governo concorda com o pronunciamento do então vereador, porém, diz que necessita também dos dados da câmara para fechar o relatório. O representante do legislativo solicita uma cópia do slide para analisar posteriormente e diz que até o momento não obteve informações de quanto se utilizou ano passado na saúde e solicita informações de quando o pessoal da cooperativa passou para a folha de pagamento da prefeitura. O mesmo foi informado que foi a partir de outubro ou novembro de 2017. O vereador diz que quanto à arrecadação espera que mesmo sendo este um período de crise, consiga-se aumentar a arrecadação e quanto ao REFIS, a câmara está aguardando uma consulta que foi feita ao TRE por se tratar de período eleitoral. Com referencia ao ISS sobre os cartões de crédito, acha viável a proposta. Quanto ao índice de pessoal, diz ter como ajustar e que em sua opinião ocorreu por falta de planejamento da prefeitura. Em relação aos recursos próprios questiona em que foi gasto? O Secretário de fazenda diz que foi gasto no que foi comprado e que encaminhou para o então vereador há aproximadamente uma semana os gastos os quais foram solicitados no período de janeiro a abril. O vereador menciona não ter sido gasto praticamente nada em investimento e a folha de pagamento ter aumentado e questiona o quanto foi gasto em infraestrutura na saúde. O Secretário de Fazenda diz que caberá ao Secretário de Saúde fazer uma audiência para responder tal questionamento e esclarece que a questão orçamentária impedia de realizar um orçamento maior, onde não poderia empenhar uma despesa devido às limitações do duodécimo. O Secretário de Fazenda diz que encaminhou ofício para a câmara informando tudo que foi pago de janeiro a abril do corrente. O representante do legislativo, Hugo do Canto solicitou informações sobre os quatro milhões que foram gastos até o momento na saúde. O Controlador adjunto Fernando esclarece algumas informações ao mesmo dizendo que: referente à saúde, a maior despesa é na área de pessoal. Como foram apresentados, os maiores gastos na área de saúde com os municípios, estado e união, são na área de pessoal. Ocorreram também alguns investimentos que pelo fato de não terem sido obras, ou aquisição de equipamento ou material permanente, não foram demonstrados na despesa de investimentos. Estão sendo realizadas no município algumas manutenções nos postos de saúde, sendo estas contabilizadas em despesas correntes por serem manutenções prediais. Despesas essas ocorridas na área de saúde. Por se tratar de uma apresentação mais sintética, as informações são passadas de forma geral referentes aos tipos de execução. Outra indagação foi com referência ao tempo de apresentação dos relatórios, onde para o mesmo que elabora as informações há uma dificuldade de obter em curto prazo o encerramento de todas as contabilidades e preencher todas as informações para o SIGFIS, Módulo LRF, publicado até o dia trinta e preparar a audiência pública, sendo este um volume de informações muito grande

e dificultoso a conclusão do trabalho para apresentação com informações corretas que não necessitem de correções posteriores. Com relação aos dados da câmara para fechar a LRF, de onde são tirados os dados para apresentação, é necessário que todas as unidades orçamentárias do município estejam fechadas, todos os fundos inclusive a câmara, caso não estejam fechadas com os dados da LRF, o relatório não será finalizado, sendo estas dificuldades também de outros municípios. Já estão sendo feitos alguns procedimentos para a contabilidade ser concluída até o dia 15 (quinze), para antes do dia 30 (trinta) os dados estarem fechados, porém há alguns entraves que acabam atrapalhando a execução, sendo este também um volume muito grande de informação, assim como outras dificuldades como: falhas do sistema contábil que precisam ser corrigidas. São estas as dificuldades de apresentar os relatórios com antecedência, sendo ainda assim este apresentado antes da audiência pública. Quanto à entrega do slide, este é um resumo do relatório da LRF, RGO e RGF, sendo as informações entregues via relatório, onde são as mais completas do que os dados do slide, porém como solicitado, este será enviado posteriormente. As informações detalhadas estão disponibilizadas para qualquer cidadão, a própria câmara pode solicitar de forma detalhada qual a demanda que esta quer analisar através de expediente para que o executivo possa responder. O controlador Djalma menciona que a explanação ficou muito clara e deixa anunciado que entre os órgãos técnicos não tem rivalidade e sim cumplicidade e que os mesmos procuram trabalhar juntos, sendo abordados em sua nota explicativa a falha no sistema que às vezes nos impede da apresentação e deixa claro que a câmara é sabedora que os dados deverão ser consolidados e deixa bem claro que como mencionou o então vereador Hugo, os dados do legislativo, consolidados ou não, não irão influenciar no índice de pessoal da prefeitura, do fundo municipal saúde e inclusive nos índices da educação, onde estes deverão ser mais completos para serem apresentados no TCE, porém não irão influenciar no índice da prefeitura e este, esclarece também que já encontraram-se com os balancetes fechados e devidos a problemas no sistema e que irão encaminhar, comprometendo-se enviar o balancete até o 25º (vigésimo quinto) dia útil conforme manda o regimento interno e que a partir do corrente mês, já irá entregar abril e na próxima semana fechando maio, onde enviará até dia quinze para fazer a consolidação. O mesmo diz esperar que na próxima audiência, como a pedido do presidente da comissão de planejamento e orçamento, sendo este o Vereador Hugo, que o executivo também faça um esforço para que no mínimo com cinco dias sejam enviados os dados para a câmara. O secretário de governo diz que o executivo irá fazer o maior esforço possível para atender a solicitação. O vereador Hugo do Canto menciona sobre a questão dos R\$ 4.000.000 (quatro milhões) que foram gastos na saúde, que já foi respondido que foi com o índice de pessoal e solicitou também que fossem enviados os decretos que foram feitos pela

ordem judicial em relação ao orçamento. Sendo posteriormente exposto pelo Secretário de Governo que na sentença judicial em momento algum foi escrito que deveria ser feito decreto e esclarece que a decisão da sentença judicial sempre foi dito que o município teria o duodécimo não especificando de que forma e que havia necessidade de decreto para a regulamentação. A própria execução do primeiro quadrimestre mostra onde foram gastos os valores do duodécimo. O representante do legislativo Hugo solicitou informações sobre o percentual que foi gasto em saúde e educação, onde diz precisar entender até mesmo pelo fato de poder fazer o seu papel que é cobrar. O representante do legislativo Anderson Medeiros solicita que os dados expostos na audiência sejam enviados com um pouco de antecedência, pois fica inviável fazer um estudo para dar transparência ao ato, não sendo a primeira vez que realiza tal solicitação para que possa cumprir a sua função como agente fiscalizador. O Secretário de Governo João José, informou ao mesmo que tal solicitação já havia sido mencionada antes da chegada do mesmo, e que todas as partes irão tentar melhorar, onde os relatórios são exatamente os que deverão ser enviados, onde dúvidas que forem apresentadas, serão esclarecidas pelo executivo. O representante do legislativo Sizenando Paixão frisa que a questão do prazo de fato já havia sido mencionada em audiências passadas, e pergunta o que realmente é necessário para que o relatório seja entregue com antecedência, perguntando também em referência a explanação da audiência, se no governo passado era realizado dessa forma? O Controlador Adjunto Fernando responde que a apresentação sempre ocorreu de forma sintética, sendo este o formato padrão para todas as audiências. Onde esclarece que o atraso não foi só da câmara, onde os dados da execução fiscal relacionados a índices, é do poder executivo e os dados da câmara entram no total do consolidado, porém para fechar a LRF, é necessário que todas as unidades estejam fechadas. O volume de informações maior da prefeitura e do fundo de saúde, onde a dificuldade atual se dá ao fechamento da contabilidade em um prazo razoável para que as informações sejam tratadas e o relatório elaborado, por exemplo, fechar a conciliação bancária onde existem contas grandes que precisam fazer avaliações da conciliação bancária, onde existem contas grandes que precisam ser feitas avaliações da conciliação bancária para fechar dentro do prazo. Expõe também, a dificuldades dos bancos de não fecharem alguns extratos, identificadas algumas falhas que necessitam ser corrigidas contabilmente, o que também demanda tempo. Após o fechamento da contabilidade, é necessário tempo para concluir os relatórios de onde são extraídas as informações para as apresentações. Tem sido realizado um grande esforço após a demanda estabelecida pelo tribunal de contas para cada município, tentar fechar a contabilidade até o dia 15 (quinze) de cada mês subsequente ao mês que encerrou e dentro desse período, tratar as informações para poder elaborar os relatórios, porém, o contador que executa

sabe da dificuldade de tratar de todas essas informações e encerrar de forma que fique concluída e transparente, sem necessitar de correções ou de apresentar qualquer informação, não sendo este o objetivo, e sim apresentar informações definitivas, sendo estas as demandas que a sociedade solicita a questão da transparência. Menciona também a questão da empresa que oferece o software de contabilidade, estar se adequando a essa nova demanda que esta sendo apresentada. Por exemplo, atualmente teria um ementário de contas na área de receita, existe um plano de contas que precisa ser ajustado de acordo com as normas da STM, onde as empresas que fornecem o sistema contábil estão se adequando, sendo realizadas solicitações de ajustes da mesma por parte do executivo, onde o q o sistema apresenta interfere drasticamente nos dados que são apresentados, além das atividades corriqueiras e cotidianas relacionadas a conclusão, estão se ajustando as novas normas de contabilidade do município, onde tudo isso tem afetado para atingir o prazo. Existe um esforço de todos os técnicos envolvidos nessa área, onde se sabe que a câmara não é diferente. Em comparação com o governo passado, está tendo um avanço muito grande, sendo este acompanhado pelo mesmo na época da controladoria, porém infelizmente a demanda um pouco tempo para mudar até mesmo as questões relacionadas à cultura, porém acredita-se que dentro dos próximos meses irão se adequar a nova demanda. O representante do legislativo Hugo pede a palavra e menciona que sempre foi com realizada com slide, porém no governo passado fora enviado anteriormente. O representante do legislativo Sizenando agradece a explanação e pergunta se essa seria uma dificuldade somente desta prefeitura, onde tal questionamento já foi esclarecido. O representante do legislativo Anderson Medeiros pede a palavra e diz que fez um requerimento solicitando informações a respeito da folha e gostaria de saber se existe a perspectiva de honrar os compromissos com os funcionários do ano de dois mil e dezesseis que trabalharam na gestão anterior e que este fato vem sendo a solicitação já mencionada em audiências públicas anteriores. O representante do executivo João José faz a leitura do questionamento do Sr. Roberto Brito que diz: Se já existe uma planilha de pagamento, para os salários de 2016, onde o Sr. Nilo havia dito na audiência pública na gestão do antigo secretário de governo Luiz Claudio Compasso? O representante do executivo João José responde que alguns casos já estão sendo pagos, onde precisa-se saber a fim de comprovações: se foi trabalhado, se existe uma folha assinada, se existe a presença confirmada e que alguns casos já foram pagos e serão desde que a comprovação de que o funcionário realmente trabalhou, pelo fato da gestão não estar presente na época e de que o pagamento se faça de forma legal. O representante do legislativo Hugo do Canto questiona se existe uma previsão ou algum comunicado para essas pessoas comprovarem? O Secretário de governo responde de forma positiva e diz que todos os que procuram

comprovar e que acredita que deva fluir da melhor forma pela liberação da questão orçamentária, fato este que impediu de realizar algumas coisas. Não existe um escalonamento porque nem todas as pessoas procuraram, onde existem pessoas que não tem o conhecimento de que quando saem do serviço público, há a necessidade de abrir um processo administrativo para solicitar verbas rescisórias, porém está sendo pago dentro do que as pessoas apresentam. Pergunta do Sr. Hugo Lopes: Qual o valor do superávit financeiro do primeiro quadrimestre? O Controlador adjunto Fernando informou que o superávit financeiro não foi apresentado por não fazer parte dos dados desse quadro da LRF, porém pode ser verificado no balanço patrimonial e ser respondido posteriormente. Caso queira formalizar a pergunta pelo e-sic, será respondida pelo mesmo ou poderá deixar um contato que a informação será apresentada posteriormente. O segundo questionamento foi: esse relatório de gestão fiscal leva-se em consideração a determinação do TCE, da devolução de 20.000.000 (vinte milhões) para a conta do FUNDEB? A demanda está sendo avaliada para ver a real necessidade da devolução, sendo esta avaliada pelo corpo técnico do poder executivo, porém a princípio entende-se que houve um equívoco do tribunal diante da determinação. Levando-se em consideração que o gasto com pessoal do segundo quadrimestre de 2017 era de 47,88% e agora de 54,99%. O que acarretou esse aumento? As dúvidas relacionadas a este questionamento já foram esclarecidas em explicações anteriores. Segue o próximo questionamento do Sr. Hugo: Levando em consideração a atual despesa com pessoal, é possível afirmar que esta descartada qualquer tipo de reajuste salarial com os servidores? O Secretário de governo responde que é necessário baixar o índice e aumentar a arrecadação, porém com a questão do ajuste de despesa, o aumento da arrecadação é possível sim. Sendo esta uma decisão do prefeito baseada em dados apresentados pelo corpo técnico. Segue a próxima pergunta do Sr. Hugo Lopes: Levando-se em consideração que a implementação do plano de carreira da educação se deu por ordem judicial, porque parte dela não esta sendo cumprida. Sendo ela: enquadramento dos servidores e salubridade. Isto está incluso neste percentual? O Controlador Adjunto responde que qualquer despesa de pessoal entra no percentual, onde algumas implantações requeridas pela classe que ainda não ocorreram não estão computadas nesse cálculo, porém qualquer acréscimo com o gasto de pessoal irá impactar, no entanto até ajustar a política de gasto de pessoal, o município encontra-se impossibilitado de realizar qualquer aumento. Para que possa ser tratada mais alguma reivindicação da classe dos professores, não temos no presente momento nenhum especialista da área de educação, sendo necessário entrar em contato diretamente com a Secretaria de Educação para que algumas dúvidas sejam elucidadas. O Secretário de governo João José sugere que o mesmo procure a Secretaria de Educação para que a mesma responda o item referente a

implementação e menciona que existe um item na LRF referente a decisões judiciais que diz: que embora tenha havido um acordo, houve uma sentença e uma decisão para o acordo, onde este valor já esta sendo pago por dentro da folha, sendo este em torno de R\$ 550.000 (quinhentos e cinquenta mil) mensais, reduzindo-se um pouco o gasto, onde na época de sua aprovação foi em torno de R\$ 1.800.000 (um milhão e oitocentos mil reais) para ajustar até o final do ano porque não havia previsão e a câmara autorizou o remanejamento no momento, sendo este fato ocorrido no mês de outubro do ano anterior. Este valor e o parcelamento acertado pelo M.P estavam sendo pagos por dentro da folha, onde foi observado de fato que disparou os índices, onde na lei tem um dispositivo que fala sobre sentenças judiciais e despesas dos exercícios anteriores, não entrando em despesa de pessoal, sendo este apurado recentemente, fato que será realizado um estudo com o objetivo de minimizar custos. O outro questionamento deverá ser respondido pela educação pelo fato de tratar somente os dados financeiros. Cita que quando se trata de administrar um município, se assume ônus e bônus e que dentro do possível, tenta-se regularizar uma situação que não era prevista quando a atual administração assumiu, assim como essa dificuldade colocada, haverá uma solução. Uma das partes desse acordo esta sendo cumprida integralmente. Uma decisão judicial tem que ser cumprida, assim como o governo assumiu um déficit altíssimo no Seroprevi e contas de energias que terão que ser pagas, a administração tem que equacionar e dentro do possível assim será feito. Propõe-se a tentar resolver a parte mencionada pelo mesmo relacionada a dívida do período anterior. O vereador Hugo, perguntou com relação aos antigos funcionários que não receberam em 2016, se há previsão no orçamento do percentual que terá que ser pago e se a administração está preparada orçamentalmente? O Secretário de governo responde que: tem o valor contemplado para pessoal e que não tem como planejar, pois esse fato depende da demanda dependerá da procura. O que tem dentro da parte de pessoal no orçamento, está contemplando esses requerimentos para o pagamento. A maior parte de pessoal é da educação e a providência a ser tomada é ajustar despesas de custeio e aumentar a receita para tentar diluir esse custo de pessoal. As pessoas comprovando que trabalhou, irá receber, pois a administração não se negará a pagar. O vereador cita a judicialização porque tem funcionário que não tem acesso a folha de ponto, fato este que o impedirá de provar que trabalhou. Agradecendo a presença de todos, a audiência pública deu-se por encerrada às dez horas e dezenove minutos. Eu, Viviane Ribeiro dos Santos, matrícula nº 3053, lavrei a presente ata e a subscrevo Viviane Ribeiro dos Santos.